
Dossiê

PERTENCIMENTOS, FRONTEIRAS E INTERSECÇÕES: PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO EM SÃO LOURENÇO DO SUL, RIO GRANDE DO SUL

Patrícia dos Santos Pinheiro

Bolsista de Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGAnt/UFPel)

RESUMO

Diante de um contexto em que a possibilidade de participar de processos de reivindicação identitária e a busca de direitos sociais dentro da categoria de remanescentes de comunidade de quilombo passou a fazer parte do cotidiano de muitas comunidades negras do Brasil nas últimas décadas, neste artigo serão abordados elementos da configuração interétnica dinâmica de São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul, local que se destaca pela a presença de diferentes grupos étnicos, debatida aqui por algumas das estratégias de inserção das comunidades negras em suas relações de trabalho. Nesse trabalho, que faz parte de pesquisa de doutorado finalizada em 2015, foram utilizados métodos etnográficos. Em suas diversas facetas e renovações, esse artigo procura explorar continuidades e rupturas nessa configuração, incluindo a imbricada rede de relações entre grupos sociais que vai muito além de qualquer fronteira.

Palavras-Chave: Etnicidade; Remanescentes de comunidades de quilombos; Identidade étnica.

BELONGINGS, BOUNDARIES AND INTERSECTIONS: IDENTIFICATION PROCESSES IN SÃO LOURENÇO DO SUL, RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT

In a context in which the possibility of participating in identity recognition processes and the pursuit of social rights within the quilombo community category has become part of everyday life for many black communities in Brazil in recent decades, this article will discuss elements of the dynamic inter-ethnic configuration of São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul, a place that is distinguished by the presence of different ethnic groups, discussed here by some insertion strategies of black communities in the workspace. In this study, part of doctoral research completed in 2015, we used ethnographic methods. In its various facets and renovations, this article seeks to explore continuities and ruptures in this inter-ethnic configuration, including the intertwined network of relationships between social groups that go far beyond a border.

Keywords: Ethnicity; 'Quilombo community'; Inter-ethnic identity.

A dinâmica das relações raciais: dados, abordagens e intersecções

INTRODUÇÃO

Em todo o país se multiplicam grupos locais que reconhecem no cotidiano das suas vidas elementos culturais, políticos e raciais que os conectam a categorias mais amplas. Nessa perspectiva, inúmeras comunidades negras têm se identificado através da categoria atualmente qualificada pelo poder público como “remanescente de comunidade de quilombo” no Brasil, a qual tem como marco temporal o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição de 1988, que aponta para a regularização fundiária dessas comunidades. Frequentemente invisibilizados como camponeses ou simplesmente “pobres”, ao se autoatribuírem como remanescentes de quilombos esses grupos assumem também uma nova posição política, de sujeito de direitos, vinculada ao elemento da ancestralidade e das suas próprias territorialidades. Além da identificação de laços sociais em comum entre essas diversas comunidades afro-brasileiras, muito variável devido à trajetória de cada uma, há um reconhecimento coletivo de uma luta por direitos sociais, dado que geralmente esses grupos não eram atendidos por políticas básicas por parte do poder público e, mais do que isso, passavam por diversas formas de constrangimento, preconceito racial, violência e subjugação em função da hierarquia social e racial arraigada nos rincões do país, incluindo a sistemática expropriação de territórios ocupados há gerações por esses sujeitos.

Se após a Constituição de 1988 os processos políticos assumiram contornos diferenciados para as comunidades afro-brasileiras, em especial localizadas no meio rural (mas não somente), fazendo um caminho inverso, afinal, onde estavam esses grupos antes da Constituição, para além do período escravista? Ao fazer essa indagação, a partir do município de São Lourenço do Sul, no sul do Rio Grande do Sul, inicialmente o que se percebe é que não é possível estabelecer um antagonismo ou uma delimitação rígida entre o passado desses grupos identitários, chamados regionalmente de *morenos*, e o seu presente de uma visibilidade maior, como *quilombolas*, e uma análise das conexões entre temporalidades se torna necessária, considerando que as identidades estão em constante processo de significação.

Em termos de pesquisa historiográfica sobre o Brasil Meridional, há um acúmulo no que se refere ao período escravocrata, atravessado por uma diversidade de perspectivas e sempre passível de ser enriquecido, entretanto, parece haver um “vazio histórico” quando se fala dos afrodescendentes no Pós-Abolição, que se expande por todo país, e as perspectivas de cunho elitista ganham destaque (RIOS; MATTOS, 2004). Com essa fratura nas narrativas históricas, para os grupos afro-brasileiros, há a referência da escravidão, ora abrandada por um germe de miscigenação e democracia racial que estariam presentes nesse local, ora exposta em toda sua crueldade e, como

se fosse possível operar um salto cronológico, “emergem” como sujeitos políticos dezenas de comunidades quilombolas em processo de autoatribuição nas últimas décadas.

Esse artigo faz parte da pesquisa de doutorado realizada entre 2011 e 2015 e um dos temas abordados foram as relações de trabalho estabelecidas no seio da colônia de São Lourenço, onde se destaca a presença de imbricadas relações interétnicas em especial entre *colonos* de origem teuto, *brasileiros* e *morenos*, categorias a serem debatidas nesse artigo¹. O entendimento, com isso, é de que a etnicidade se expressa nas várias estratégias desses grupos no Pós-abolição, que serão debatidas aqui por algumas de suas incursões no espaço mercantil. Sem o objetivo de exaurir o tema, a ideia não foi fazer uma densa etnografia, sim trazer casos e acontecimentos para um posterior debate sobre as dinâmicas relações interétnicas colocadas em discussão nesse trabalho, a partir das ideias elaboradas por Barth (2011), com o entendimento de que as fronteiras existem, mas só falar em distinções entre os grupos seriam simplista, pois proximidade e distância convivem em um mesmo local e os signos da diferença podem se modificar ao longo do tempo.

São Lourenço do Sul faz parte de uma região que tem como polo o município de Pelotas (Ver FIGURA 1). Um mapeamento realizado junto a populações rurais remanescentes de quilombos dos municípios que compõem essa região do extremo sul brasileiro (também indicada como Território Zona Sul do Rio Grande do Sul por políticas territoriais do governo federal) identificou, entre 2008 e 2009, 43 comunidades negras rurais em 17 municípios². Dentre esses, em São Lourenço do Sul cinco territórios remanescentes de comunidades de quilombos receberam os certificados emitidos pela Fundação Cultural Palmares (FCP): Monjolo (Serrinha), Picada, Vila do Torrão (antigamente Faxinal de Baixo), Coxilha Negra e Rincão das Almas. Além dessas, as comunidades do Faxinal, na localidade de Campos Quevedos, e do Boqueirão já foram identificadas pela FCP (CAPA/MDA, 2010). Apesar dos questionamentos sobre o processo de certificação (que acaba sendo um reconhecimento do Estado e não um autorreconhecimento, pois depende da FCP e segue seus parâmetros) e sobre a execução desse processo junto às referidas comunidades, carente de informações sobre possíveis implicações em longo prazo, o recebimento das certidões representou um marco de valorização coletiva para esses grupos.

¹ A pesquisa foi defendida em 2015 no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura (CPDA/UFRRJ), intitulada: Políticas de identificação: Dinâmicas de reconhecimento identitário de comunidades negras rurais no sul do Brasil em um contexto de relações interétnicas.

² Pelo foco do Programa no espaço rural, essa ação não se estendeu às áreas urbanas, o que provavelmente aumentaria esses números. Das comunidades apontadas no mapeamento, 37 receberam certificados de autorreconhecimento como comunidade remanescente de quilombo da FCP até o momento, sendo que somente uma delas não estava no mapeamento inicial, e diversos processos de regularização fundiária foram abertos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

1 Na Colônia de São Lourenço

Para chegar até a configuração atual de São Lourenço, é preciso descrever algumas das estratégias de territorialização operadas por grupos e indivíduos negros para permanecer na região, a qual é marcada também pela presença de diferentes grupos, como de indígenas da tribo Tape, tronco Tupi Guarani, e Minuanos, até pelo menos o século XVII (COSTA, 2007; MAESTRI, 2002); de descendentes de luso-brasileiros; dos chamados lavradores nacionais (ZARTH, 2002); de teutos e outros, cada um se estabelecendo ou circulando em áreas distintas e com condições de acesso à terra variados, bem como com relações específicas com o poder público. Dessa forma, ao problematizar a presença negra no município de São Lourenço, é preciso conectar esse local com a formação agrária do extremo sul, englobando o enraizamento da escravidão na economia fronteiriça sul rio-grandense, a qual alcançou todos os estratos sociais e diferentes setores produtivos, e o posicionamento do poder central diante disso (OSÓRIO, 2007).

A região teve sua economia em grande parte voltada à cadeia produtiva do charque³ nos séculos XVIII e XIX, quando a escravidão foi instaurada intensamente, com um sistema que englobava diversos setores da sociedade. Nesse sistema produtivo estavam desde os estabelecimentos industriais de produção de charque em Pelotas até as estâncias agropastoris, de diversos tamanhos, bem como propriedades produtoras de alimentos, que abasteciam Pelotas e povoaram a região, incluindo a Serra dos Tapes, ao sul do rio Camaquã, onde se encontra a parte de serranias do município de São Lourenço. Essa Serra era considerada área de “fundo territorial” dos grandes pecuaristas que tinham estâncias nas terras baixas e campos da Planície Costeira, próximas da Laguna dos Patos (que também englobam o atual município de São Lourenço), e dos charqueadores de Pelotas.

Mais especificamente em relação à área que hoje corresponde ao município de São Lourenço, a área baixa de campo, mais valorizada, foi ocupada inicialmente por luso-brasileiros e paulistas, iniciando pelo capitão José Cardoso Gusmão, que recebeu uma sesmaria em 1786 do rei de Portugal, seguido por outras famílias que se constituíram como a elite local. Também nesse período foram dadas datas de terra a famílias que teriam ocupado as terras em torno da Capela de Nossa Senhora do Boqueirão, antigo oratório de uma estância, ao pé da Serra dos Tapes, que data de 1807 (SALAMONI; WASKIEVICZ, 2013).

Nas proximidades da igreja se formou o povoado do Boqueirão, na época 4º distrito de Pelotas, e ao seu redor se arrancharam famílias de peões, capatazes, lavradores nacionais, forros e

³ Trata-se de uma forma de conservação da carne realizada industrialmente em charqueadas, com o dessecamento pela salga e exposição ao sol, o que permite que a carne se conserve por mais tempo.

A dinâmica das relações raciais: dados, abordagens e intersecções

migrantes de diferentes origens, que trabalhavam com extrativismo e agricultura, abastecendo o povoado e estâncias próximas, além de formarem casas de comércio e outras atividades. Também o sistema escravista imperava, com mais da metade da população da Freguesia negra no ano de 1833: dos 1.830 habitantes 800 eram escravos e 250 eram libertos, números semelhantes a outros distritos da região (BOSENBECKER, 2011).

Trazendo uma configuração interétnica singular para a Serra dos Tapes, a Colônia de São Lourenço foi um empreendimento pioneiro na região, estabelecido a partir do ano de 1858 com imigrantes da extinta Pomerânia⁴, seguido de diversos outros empreendimentos semelhantes na mesma Serra. No caso do RS, a elite luso-brasileira local viu no processo de colonização uma oportunidade de enriquecimento pela especulação fundiária, facilitada pela Lei de Terras, instituída em 1850, e muitos venderam suas terras não usadas para a pecuária (oficialmente “vazias”) para agências de colonização (ZARTH, 2002). Segundo Zarth (2002), essas políticas, que eram uma forma de mercantilização das terras, por um lado, disponibilizaram terras por estímulo à imigração, mesmo que com pouca infraestrutura e desafios de “desbravamento” aos imigrantes, e por outro, acabaram sendo um estímulo do Estado à marginalização dos negros, lavradores nacionais e populações indígenas, moradores da Serra dos Tapes até então, que foram limados do acesso livre costumeiro à terra.

Por outro lado, a Serra dos Tapes era uma referência para a presença negra na região durante (como refúgio itinerante quilombola e com presença cativa significativa) e após o período escravagista, assim como para outros grupos subalternos. Especificamente sobre a formação de quilombos no Brasil Meridional no período escravagista, há trabalhos mais recentes que têm procurado descrever elementos do cotidiano dos cativos sob o regime escravista e mostrar os interstícios do sistema escravista, sem colocá-los em posição de aculturação e passividade, como a análise de processos criminais sobre o Bando de Manoel Padeiro na Serra dos Tapes no ano de 1835 (MOREIRA, AL-ALAM, PINTO, 2013). Entretanto, em geral a documentação ainda preservada é bastante restrita ao olhar senhorial. No caso dos quilombos, há o relato da sua destruição, mas pouco se sabe sobre a dinâmica interna de cada grupo, e muitos podem ter se mantido despercebidos das autoridades.

Diante disso, alguns elementos são acionados na memória e consolidação das comunidades de São Lourenço do Sul. Como se trata de um processo que não necessariamente delineou barreiras entre essas comunidades afro-brasileiras, e que foi alimentado ao longo do tempo pela chegada de novos indivíduos, não é possível fazer uma delimitação estrita entre cada território de São

⁴ A Pomerânia atualmente englobaria parte da Alemanha e da Polônia. Também há núcleos de colonização no Espírito Santo e em Santa Catarina, que se desdobraram para outros locais.

Lourenço, até porque quatro grupamentos negros partilham de uma mesma narrativa de origem, a Vila do Torrão (Faxinal de Baixo), o Monjolo (Serrinha), o Faxinal de Cima (atualmente com tamanho bastante reduzido) e a Picada. O relato, recorrente em diferentes comunidades, é que elas se formaram a partir da fuga de um grupo de 13 cativos, na segunda metade do século XIX, de uma Estância de Canguçu, *para lá do Arroio Grande*. O grupo, que buscou, como quilombola, uma modalidade de organização social alternativa ao escravismo (ANJOS, 2004), teria se dispersado para evitar a recaptura por parte das autoridades e assim iniciaram a formação das referidas comunidades, territórios que se consolidaram com a chegada e itinerância de novos familiares e outros indivíduos que circulavam entre territórios. Essa formação está relatada também em Rubert (2005), Lima (2007) e CAPA (2010). Por outro lado, é possível perceber que as comunidades foram se consolidando a partir de processos sociais, econômicos e políticos distintos, com indivíduos oriundos de diferentes locais, que foram sendo acolhidos ao longo do tempo nesses territórios.

Os processos atuais de reconhecimento étnico precisam ser trabalhados também à luz dessa configuração, na medida em que, para esses sujeitos, a forma de contar sua própria história é ressignificada no processo de afirmação identitária, tendo como um ponto central as estigmatizações em função das hierarquias sociais e raciais que remontam ao período da escravidão no Rio Grande do Sul. As atualizações identitárias e sentimento de ligação com as origens não são fatores excludentes para a etnicidade, e as atualizações podem mesmo reforçar os laços de pertencimento, o que expressa sua potência na articulação da mobilização política com vínculos afetivos. No caso em questão, é necessário se debruçar sobre esses processos para compreender a realidade social na qual se produz o contexto de desigualdades imbricadas por diferentes identificações. Abre-se, dessa maneira, uma pluralidade de configurações que foram forjadas nas formas de organização social que se desenvolveram desde o século XIX, demandando diferentes ajustamentos em relação a modelos econômicos, políticos e sociais mais amplos.

2 Nos confins do extremo sul, modernização e precarização do trabalho

Rios e Mattos (2004) procuraram problematizar a perspectiva recorrente de que os negros saíram das senzalas e da história do Brasil no Pós-abolição, substituídos pelos imigrantes europeus. Para além de um olhar elitista do Pós-abolição restrito à discussão da construção da identidade nacional ou de uma ênfase para uma condição de anomia dos ex-cativos, as estratégias podem ter sido diversas, inclusive de permanência no interior dos estabelecimentos que outrora foram escravistas, considerando a sociedade pouco acolhedora que os esperava. Como lembram as autoras:

A dinâmica das relações raciais: dados, abordagens e intersecções

O exercício da recém adquirida liberdade de movimentação teria que levar em conta as possibilidades de conseguir condições de sobrevivência que permitissem realizar outros aspectos tão ou mais importantes da visão de liberdade dos últimos cativos, como as possibilidades de vida em família, moradia e produção doméstica, de maior controle sobre o tempo e ritmos de trabalho e, de modo geral, sobre as condições dos contratos a serem obtidos (de parceria, empreitada ou trabalho a jornada) tendo em vista as dificuldades então colocadas para o acesso direto ao uso da terra (RIOS; MATTOS, 2004, p. 179-180).

Com isso, a inserção dos grupos negros no espaço mercantil deve ser visualizada à luz dos processos de transformação da agricultura que incidiram sobre essa região, que se expandiram para além da cadeia do charque em São Lourenço. E a liberdade não findou uma história de privações, de desestruturação e de segregação racial. Apesar da aparente invisibilidade das comunidades negras que se formaram, com o passar do tempo, as formas de inserção dos afro-brasileiros do espaço rural de São Lourenço do sul como trabalhadores rurais mudaram no que se refere ao produto, mas seguiram reproduzindo relações de subordinação, seja pelos pequenos produtores *colonos* de origem pomerana, seja pelos grandes fazendeiros, frequentemente vinculados às tradicionais famílias da elite descendente de luso-brasileiros, detentoras de grandes propriedades nas áreas de campo.

Aqueles que não migraram para os centros urbanos ou ficaram em seus diminutos territórios, alvo de expropriação ao longo do tempo, ou foram comprando ou ocupando pequenos lotes de terras, muitas impróprias à agricultura, mas que comportavam pequenas lavouras de subsistência de variedades de milho, feijão, batata, mandioca e outros, em geral em espaços pedregosos. A produção própria, no entanto, tornou-se muito limitada pela dificuldade de acesso à terra e aos meios de produção para muitos grupos negros.

Aos que sofrem com a falta de terra, o caminho foi atuar *por empreitada* ou como diaristas, trabalhando *de empregado* em lavouras de fumo, batata, arroz, milho, feijão ou outros, em propriedades localizadas nas proximidades das comunidades, ou como peões na criação de gado, ou ainda plantar de *sócio* ou *meeiro*, em que se cultivava na propriedade de vizinhos, pagando os insumos (adubos, sementes) e deixando parte da produção para os *patrões*. Duas produções significativas em que os grupos negros se inseriram ou inserem, em regime de trabalho precarizado, serão abordadas aqui: a rizicultura, uma das principais lavouras do processo de modernização, e a fumicultura. A rizicultura, ocupando as áreas de campo antes mais restritas à pecuária, em médias e grandes propriedades, marca uma renovação da exploração e da expropriação de terras sob outras bases no século XX. Já a fumicultura, mais recente e concentrada na área colonial, majoritariamente em pequenas propriedades de *colonos*, atualmente é a principal produção do município.

Se as relações de trabalho se distinguiram ou alternaram ao longo do tempo sobre qual *patrão* – o *colono* ou o fazendeiro –, elas seguiram precárias. A lembrança, repassada por diferentes canais (no grupo familiar, em grupos de reivindicação política ou outros), da precarização da vida em função do preconceito racial vem à tona em vários momentos e a memória de tempos de dificuldade fortalece os grupos, com a percepção de que o racismo não acaba junto com o fim da escravidão, pois se seguem sistemas de produção que, seja no latifúndio ou na pequena e média propriedade, mantém a população negra em condições de subordinação.

2.1 A modernização da agricultura e o trabalho nas granjas de arroz

No espaço rural, ao alternar posições de mão de obra gratuita (escrava) ou pouco valorizada, pelo “acesso” à agricultura comercial, da qual quilombolas ainda atuam majoritariamente como trabalhadores sazonais, essas configurações mantiveram os grupos negros suscetíveis a diferentes aspectos da chamada modernização conservadora em sua inserção profissional e produtiva⁵. Do início do século XX até a década de 60, destaca-se a participação de afro-brasileiros no corte de arroz manual em granjas de médio e grande porte de todo o extremo sul. Nesse período, em especial, homens das comunidades saíam da casa para trabalhar e trazer recursos para a família, permanecendo meses em granjas em municípios como Santa Vitória do Palmar, Camaquã, outros locais de São Lourenço, Pelotas e Canguçu. Em alguns casos toda a família era recrutada a se deslocar para o corte de arroz, realizado com foice, portanto antes da mecanização da lavoura, em condição precária e com remuneração irregular. As mulheres e as crianças, quando iam junto, trabalhavam tanto como domésticas como no corte manual.

Em trabalho sobre a rizicultura irrigada no Rio Grande do Sul, Beikow menciona que as duas localidades que mais se destacaram no início da lavoura capitalista de arroz no RS foram Cachoeira do Sul, na bacia do rio Jacuí, e Pelotas, que utilizava os mananciais de água da Laguna dos Patos e do rio Pelotas. Em Pelotas, essas grandes lavouras foram impulsionadas pelos latifundiários locais, criadores de gado e charqueadores (ECHENIQUE, 1954 apud BEIKOW, 1984), possuidores de áreas de campo em todo o sul. O autor defende que essa atividade se insere na constituição da burguesia rural gaúcha, originária das elites proprietárias e classes urbanas enriquecidas, e nasce já fortemente vinculada com a incipiente industrialização da época, que fornecia maquinários para a produção, transporte e beneficiamento. Ou seja, vinculada àqueles que

⁵ A modernização conservadora ou revolução verde, a partir de meados do século XX, tinha como base a difusão de tecnologias modernas no campo, incluindo a mecanização e o uso de diversos insumos, como agrotóxicos, sementes modificadas e outros, que com o tempo foram difundidas por diferentes segmentos do campo.

A dinâmica das relações raciais: dados, abordagens e intersecções

tinham capital acumulado para os altos investimentos desse tipo de empreendimento empresarial. Pode-se acrescentar que esses setores tinham relações estreitas com o poder público da época em termos de representação e influência, como o Coronel Pedro Osório, citado por Beikow, que foi charqueador e um dos primeiros grandes empresários da rizicultura, além de influente político e “vice-presidente” do Estado do RS no mandato de Borges de Medeiros, em 1903.

Essa produção em grande escala conectava a economia gaúcha com os centros nacionais do Sudeste, como a cidade do Rio de Janeiro, que estava em forte processo de urbanização no início do século XX e recebia o arroz fornecido pelo RS. Uma intervenção estatal também foi essencial para esse salto na produção interna: a maior taxação de produtos importados, em especial o arroz (BEIKOW, 1984). Beikow argumentou ainda que se trata de uma forma específica de grande produção,

[...] pois, além das suas características gerais — organiza-se em função de um processo de reprodução ampliada de capital, produzindo um grande volume em extensas áreas de cultivo, utilizando predominantemente o trabalho assalariado e fazendo uso intensivo de meios de produção de origem industrial; inclusive na irrigação -, desenvolve-se baseada no arrendamento capitalista. Desse modo, a lavoura de arroz no Rio Grande do Sul organiza-se a partir de três classes sociais, fundamentais em determinada trajetória da produção capitalista no campo — os assalariados rurais produtores do excedente econômico, os arrendatários capitalistas receptores do lucro e os proprietários fundiários receptores da renda fundiária. (BEIKOW, 1984, p. 72).

Beikow (1984) também aborda especificamente a força de trabalho utilizada, elemento que ele considera crucial para o sucesso da rizicultura, demandada especialmente no período da colheita, no verão, quando os trabalhadores eram recrutados nas áreas de serra. O autor não faz uma caracterização aprofundada do perfil desses trabalhadores, mas referencia a região da Serra do Sudeste (que inclui a Serra dos Tapes) como fonte de mão de obra, principalmente lavradores pobres, que intercalariam a atividade assalariada nas lavouras de arroz no verão com seus próprios cultivos de subsistência nos demais períodos do ano. Esses contingentes significativos de trabalhadores temporários, segundo ele, também se formaram a partir da redução das vagas de trabalho nas estâncias agropastoris, dada certa modernização das práticas e o cercamento dos campos. Beikow (1984) menciona ainda que o dono ou administrador dos empreendimentos (o empresário agrícola) contratava um empreiteiro comissionado, para recrutar esses trabalhadores temporários e fiscalizar o seu trabalho.

Os dados sobre trabalhadores sazonais desse período são precários, mas segundo os relatos dos moradores mais antigos da Vila do Torrão e da Picada que trabalharam nessa atividade, eles se deslocavam, ainda muito jovens, com suas famílias para estabelecimentos em Camaquã, São Lourenço e até mesmo em Santa Vitória do Palmar, organizados por *turmeiros* (os empreiteiros

mencionados por Beikow, que em alguns casos também cortavam arroz), onde permaneciam por até três meses, em condições muito precárias de vida - diante dos relatos, em condições de trabalho análogo ao escravo. Seu João Roni Ribeiro, 73 anos, (J), atualmente morador da Picada, rememora sua experiência nas granjas, tanto em São Lourenço (na localidade chamada Pacheca, na divisa com o município de Cristal) quanto em outros municípios. Ele relatou em especial uma ocasião em que cortou arroz em Rosário do Sul:

J: Ih! Para as granjas nós fomos, com a falecida mãe. Eu fui muitos anos para granja.

P: Onde era, o senhor lembra?

J: [...]. Aqui na Pacheca, aqui, aqui nós cortamos, bem lá no fundo, na Pacheca, nós cortava arroz. [...] Onde eu cortei arroz mais longe foi.. [...] Rosário do Sul. Rosário do Sul é longe. Tem que passar São Gabriel, passar a balsa, para o outro lado.

P: Como o senhor foi parar lá? Tinha alguém que levava?

J: O cara levou nós enganado... Olha, tchê! O cara quase perdeu nós na estrada. O cara disse que nós ia cortar arroz em Camaquã, e depois o cara tocou nós para lá. Chegamos enganados lá. Lá nas bibocas. [...] Ali é um cantão do sem fim. Tu entrou naquele cantão lá, tu tem que ficar lá, porque tu sair de lá para vir embora... Tu tem que aguentar até o final. Depois que nós cortamos a granja toda do homem, ficamos mais uns quantos dias parados no galpão, comendo, deu uma chuvarada. [...] 17 dias, choveu 17 dias lá. Nós pensamos, “agora nós estamos perdidos aqui”. Aquilo alagava quando enchia demais. Mas eu digo, vocês são loucos. Ia alagar, por que o arroz chegava assim perto. Alagava. Aí o homem chegou: “amanhã eu vou levar vocês, amanhã o caminhão vai vir.” [...] Passado aquele dia, “ah, foi levar o arroz, não, o caminhão não veio...” (João Roni Ribeiro, entrevista, 12/11/2013).

Após a angustiada espera, pois o *turmeiro* não queria transportá-los de volta, com risco de alagamento do galpão em que estavam, os trabalhadores tiveram que pressionar seus contratantes para sair daquele local: [...] *A turma caiu em cima dele: “Tu vai levar, se não eu vou te encher de pau”* (João Roni Ribeiro, entrevista, 12/11/2013). O retorno foi sob forte temporal, em um caminhão coberto por uma lona improvisada, até o município de Camaquã. Mas a experiência arriscada não parou por aí:

J: [...] Aí pegaram uma lona, meteram uns bambus embaixo, aqueles bambu rasgou toda a lona do homem, mas o homem levou a gente. Bah! Deu tanta chuva, molhou tudo, chegamos num mercado, chegamos lá naquele mercado, tivemos que parar e entrar para dentro, não deu, era tanta chuva. O caminhão molhou tudo, não dava nem para sentar. Aí tocamos. Saímos de lá de tardezinha, chegamos em Camaquã saindo o sol. [...] Chegando lá o homem não levou nós. Se atracamos a pé, de Camaquã fomos lá para o Cantagalo. Largamos de a pé de Camaquã.

P: De Camaquã?

J: De a pé. Chegamos lá no outro dia, chegamos lá de noite. Aí fomos indo, indo. Aí chegamos numa venda: “vamos ter que pegar uma canha para se entreter”. A metade das coisas ficou lá em Camaquã até hoje. Isso já faz muitos anos. (João Roni Ribeiro, entrevista, 12/11/2013).

Ele relata que havia outros *morenos* do Cantagalo e da Picada, companheiros de empreitada, que resolveram retornar a pé para as suas casas, na Colônia de São Lourenço. Eles caminharam de Camaquã até a localidade de Cantagalo, onde fica a comunidade Vila do Torrão, onde ele morava

A dinâmica das relações raciais: dados, abordagens e intersecções

na época, ou seja, mais de 100 quilômetros. No corte, o pagamento era feito no final, de acordo com a área cortada. Mas se algum colega ficava para trás, os demais o ajudavam a terminar, lembra seu João. O pagamento, no entanto, não *dava lucro*.

E olha que nós cortava arroz. A gente ia todos os anos. Tinha turmeiro no Cantagalo, [...] tinha tanto turmeiro, quando chegava a época. [...] O que eu cortei arroz na minha vida, e cortar arroz não dá lucro. Por causa que não tinha serviço na colônia, aí tinha que ir. [...] Agora sim, agora tem o fumo, mas de primeiro não tinha nada. De primeiro, como a gente saía a procurar serviço! De verdade, eu falo por que eu tive que sair pra procurar serviço. Era eu e o meu irmão [Graciano], a procurar serviço, procurar serviço na casa dos colonos. (João Roni Ribeiro, entrevista, 12/11/2013).

Após esse período inicial de associação entre indústria e agricultura, fortalecendo uma agricultura empresarial, houve uma intensificação da mecanização da colheita a partir da década de 60, e o corte manual foi sendo substituído paulatinamente por máquinas. Mais do que expropriação em termos de meios de produção, processo que já estava em curso desde a implantação da Colônia, ocorre uma nova restrição dos regimes de trabalho controlados pelos *patrões*. Sem a opção precária das granjas, o acesso ao trabalho se redirecionou, e os colonos, agora já mais capitalizados e também inseridos no processo de modernização, tornam-se de modo significativo os *patrões*. Além disso, em alguns casos, como na Picada, áreas cedidas pelos fazendeiros há décadas para moradores mais antigos da comunidade foram retomadas.

Nesse período, a migração (permanente ou sazonal, espontânea ou forçada) para os centros urbanos se intensificou, pelo aumento da pressão da modernização e também pelos processos de industrialização e de urbanização. Rubert e Silva (2009, p. 264) argumentam que esse processo se dá “[...] menos por um suposto fascínio pela cidade e mais pela expropriação generalizada que se inicia já nas primeiras décadas do século XX, quando ocorre uma última expansão das fronteiras agrícolas no estado a qual se acirra no período de difusão da Revolução Verde”.

Com o passar do tempo, muitas famílias se deslocam para os núcleos urbanos de Pelotas, Cristal, São Lourenço, principalmente em busca de empregos não encontrados na colônia, mas também em busca de uma convivência entre amigos e parentes. Aos que optaram pela migração para centros urbanos, um dos destinos era a cidade de Pelotas, que teve importante impulso urbanizador desde o século XIX e, no início do XX, contou com uma marcante industrialização através de abatedouros e outros estabelecimentos. De todo modo, são mantidas as ligações entre os migrantes e os que permanecem nos territórios, como também pontuam Rubert e Silva (2009).

2.2 A produção de fumo e a relação entre patrões e empregados na Colônia de São Lourenço

Durante uma conversa sobre a necessidade de autovalorização da *raça negra* ao longo de uma das madrugadas da apresentação musical do Terno de Reis, um dos músicos, que atualmente trabalha como diarista na fumicultura, lembrou que as remunerações ofertadas no entorno da comunidade, no verão de 2013, chegavam a 25 reais por dia, com cerca de 10 horas de trabalho diário, colhendo e transportando até 70 kg de fumo, enquanto que em outros locais esse valor chegava a 70 reais por dia na mesma época. Ele finalizou dizendo que os negros não podiam aceitar valores tão baixos, pois *o tempo da escravidão já passou*. Essa reflexão foi acionada em um momento único proporcionado pelo orgulho de mostrar suas qualidades por meio da expressão musical.

Atualmente, apesar das críticas em função das duras condições de trabalho da fumicultura, incluindo a exposição aos agroquímicos e à toxicidade da própria planta, essa é considerada praticamente a única possibilidade produtiva em face às dificuldades encontradas na produção de alimentos, seja pela falta de mercados, de terras, de equipamentos, pelos preços que não cobrem os custos do plantio etc. No entanto, essa atividade exige um alto grau de investimento na produção, tanto em insumos como em estufas de secagem, induzindo a um atrelamento dos produtores junto à indústria fumageira, que opera através de um sistema de produção integrada, com contratos firmados entre agricultores e indústria.

Com estímulo das empresas fumageiras e das agências de assistência técnica, assim como a presença de linhas de crédito para a produção, vários municípios da região de Pelotas, pela presença de pequenas propriedade familiares, adaptaram-se bem a esse cultivo que não demanda grande área de produção e exige bastante mão de obra, mas que tem uma rentabilidade significativamente alta em comparação com outras produções. Com isso, a região Sul do Brasil se tornou a maior produtora de fumo do país, sendo o Rio Grande do Sul o principal estado produtor. Em São Lourenço, que atualmente está entre os três municípios que lideram a fumicultura no Brasil, com 18.900 toneladas de fumo colhidas no município em 2013, segundo o IBGE (2014), o cultivo do fumo foi implementado a partir da década de 1950 e se intensificou a partir da década de 1980, substituindo em especial a batata inglesa e doce.

Essa atividade requer uso de mão de obra assalariada no período do verão, quando se intensifica o trabalho de colheita e secagem, para que a folha de fumo não perca qualidade e se desvalorize na classificação de venda, mas no restante do ano as oportunidades de contratação de

A dinâmica das relações raciais: dados, abordagens e intersecções

diaristas são mais raras. Para os agrupamentos e parentelas negras, sem contar, em geral, com a segurança da propriedade de terras produtivas e de recursos materiais para uma produção para além da subsistência, frequentemente é necessário manter uma aproximação comercial com os vizinhos colonos ou com outros atores, como fazendeiros que atuam com o agronegócio, relações que nunca foram assimétricas, seja a partir da organização segregadora dos latifúndios ou da ascendente agricultura comercial de pequena escala, com vínculos de trabalho raramente formalizados.

Com foco na relação entre *morenos* e *colonos*, que se destaca no município, revela-se ainda uma ordem de subordinação e interdependência étnica entremeada pela questão econômica, pois as famílias *colonas* detêm mais significativamente parcelas de terras (em grande maioria são pequenas propriedades), os meios de produção, as vendas (casas de comércio em que são comprados os alimentos básicos), entre outros estabelecimentos. Ou seja, os *colonos*, produtores, são também os *patrões* dos *morenos*, diaristas ou empregados sazonais.

O mesmo interlocutor mencionado anteriormente relatou que sabia que poderia acionar judicialmente o patrão, colono, pela falta de um pagamento justo e pelas jornadas extenuantes, porém isso incorreria em um risco que ele não ignorava. Se levasse adiante um processo trabalhista possivelmente teria muita dificuldade em conseguiria outro emprego na Colônia, pois ficaria marcado como uma pessoa que questionou os patrões. Diante desse risco, ele preferiu negociar diretamente com o ex-patrão, o que mostra também que mesmo que haja um respaldo maior em termos de legislação trabalhista atualmente, ela não é suficiente para assegurar que esse tipo de exploração não ocorra.

Na avaliação feita por Dutra (2011), no início dos anos 2000, quando se inicia esse processo de reconhecimento público das comunidades negras rurais, a situação era de outras formas de aprisionamento do trabalho que não a escravidão propriamente dita, mas ainda com situações de precarização do trabalho. Por exemplo, dependiam de comprovação de sua atividade dada pelos *patrões* para obter o Talão do Produtor Rural (o antigo “Modelo 15”, atualmente “Modelo 4”), necessário à aposentadoria. Esses e outros elementos ajudaram a cristalizar as relações de *patrão/empregado*, uma das bases materiais da distinção entre *morenos/colonos* tal como existe hoje, em que o proprietário de terras controla trabalho e renda dos afrodescendentes.

A autora relata ainda a dificuldade em relação à comercialização, e que os produtos eram vendidos no comércio local de 60 a 70% abaixo do valor de mercado ou em troca de outros itens de alimentação ou ainda para pagamento de insumos e sementes. Em geral, a produção era feita sem agroquímicos ou adubo químico e com poucos equipamentos (enxadas, foices), até mesmo pela falta de recursos financeiros. Atualmente, em todas as comunidades ainda é recorrente a atuação de

seus membros como *meeiros*, ou como *sócios* e a pouca terra que as comunidades possuem atualmente faz com que a produção agrícola se restrinja a alguns itens e inviabiliza, para muitas famílias, a produção comercial.

Na análise de Anjos, Almeida e Silva (2004) sobre a comunidade de São Miguel e de Martimianos, os autores também apontaram para a complexidade das relações interétnicas:

A persistência do grupo étnico como unidade de significação não inviabiliza o contato, posto que na estruturas de interação existem regras que orientam as situações em que o contato é necessário, mas também prevêm restrições que permitem o isolamento de determinados setores. Em São Miguel e Martimianos, as trocas interétnicas são frequentes na dimensão do comércio, do trabalho e na relação com a terra. [...] essas relações não são harmônicas, visto que os dois grupos étnicos estão em relação desigual balizada na dominação étnica, na estratificação social e no racismo. (ANJOS; ALMEIDA; SILVA, 2004, p. 57)

As hierarquias entre esses grupos formam um preconceito estrutural que ainda pesa na relação entre *patrões* e *empregados* até os dias atuais, que percorre argumentos como da preguiça ou da falta de uma pré-disposição ao trabalho dos trabalhadores diaristas, apesar das 10 horas diárias de trabalho. Esse peso, especificamente demarcado entre grupos distintos nas relações de trabalho, remonta aos discursos hegemônicos e estigmatizantes construídos em uma sociedade racializada do período escravocrata que se cristalizaram em afirmações consideradas inquestionáveis, situação próxima da que aborda Almeida (2008) em um contexto de memória de sucesso face à decadência atual das grandes lavouras maranhenses⁶.

Dentre os efeitos da conformação de um imaginário cristalizado sobre um determinado tema, apesar das mudanças na configuração social e em certa decadência das elites, as noções arraigadas sobre a existência e a configuração de minorias de poder parecem demarcar *ad infinitum* posições hierárquicas entre atores, assim como aquelas entre patrões *colonos* ou *brasileiros* e empregados *morenos* em São Lourenço, e mesmo justificar situações de trabalho precário. No caso analisado por Almeida, no Maranhão, o autor faz conexões dessas pré-noções com ações de subordinação para esses grupos:

As noções preconcebidas que produziram em relação aos quilombolas, aos indígenas e aos pequenos produtores agrícolas do sertão classificando-os segundo uma indolência e uma ociosidade capazes de justificar os mecanismos de imobilização de mão-de-obra e da implantação do trabalho compulsório, tornaram-se versões correntes e espontâneas de usufruto de um público difuso e heterogêneo. (ALMEIDA, 2008, p. 149).

⁶ Almeida (2008) argumenta que mesmo que mudem os contextos e a situação socioeconômica das antigas elites, as narrativas oficiais se mantêm, eficazmente fixadas nos relatos regionais pela historiografia elitista e com o tempo, passam a se tornam parte do senso comum. Ele questiona, com isso, a obrigatoriedade do uso dos padrões de explicação que se sacralizaram, que estabelecem os marcos temporais e os eventos a serem considerados sobre determinado tema.

A dinâmica das relações raciais: dados, abordagens e intersecções

Essa imagem de indolência, construída desde o período escravista, pode ter sido reforçada de maneira significativa com a consolidação da ideologia positiva do trabalho, intensificada nessa região com a instalação da colônia de imigrantes e mesmo usada como elemento demarcador da pertença em determinados grupos, diferenciando *trabalhadores* de *preguiçosos*, consolidando um antigo descrédito que reduz pessoas e grupos a uma imagem estereotipada e pré-concebida do Outro, reforçada pela questão racial e pela condição socioeconômica.

A estigmatização vinda dos *patrões* não deve ser ignorada, dado que se trata de parte de uma relação. E essa resposta frequentemente vem impregnada de estigmas, como uma imagem de indisposição ao trabalho, que em alguns casos poderia fazer parte de uma estratégia mais transgressiva, porém não conflitiva. Nessa perspectiva, podem ser mencionadas “armas” subalternas, fundadas numa leitura muito própria da realidade, que Scott inclui ações tais como “[...] fazer 'corpo mole', a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas desta natureza” (SCOTT, 2002, p. 12). Como afirma Scott (2002, p. 30), os subalternos que agem a partir dessas estratégias “[...] serão vistos pelas classes apropriadoras como truculência, fraude, vagabundagem, furto ou arrogância”, atuando de modo a depreciar e deslegitimar qualquer forma de resistência a essas regras sociais.

Por parte dos afro-brasileiros, mesmo o trabalho pesado, no entanto, parece não assegurar o almejado respeito junto aos *patrões*, como no relato de seu João Roni sobre a dificuldade de se aposentar, alguns anos atrás. Seu João relatou os problemas que teve em comprovar o tempo de serviço (para sua aposentadoria) em um entreposto de *colonos* que ele trabalhou por muitos anos, pois seus antigos patrões negaram documentos comprobatórios do tempo de serviço. Com auxílio de outras pessoas ele conseguiu, mas enfatizou sua tristeza no fato de que o ex-patrão não auxiliou no processo. Os relatos sobre essas relações de trabalho são bastante variáveis, incluindo desde relações estáveis até aquelas que são consideradas injustas e mal remuneradas, incluindo, em um passado não muito distante, a troca de trabalho por comida e roupas. Dentre outras dificuldades, seu João Roni lista a falta de pagamento por trabalhos feitos, o trabalho por comidas ou por crédito na *venda* (quando os empregadores não tinham dinheiro para pagar os serviços prestados), as dificuldades em assegurar direitos trabalhistas em casos de contratações mais duradouras ou ainda empreitadas que, quando finalizadas, não foram pagas por má-fé do contratante, incluindo casos de violência quando não se aceitava a situação.

Mas nem todo *colono* é proprietário de terras ou contrata trabalhadores, alguns também trabalham como diaristas, assim como há quilombolas que possuem pequenas propriedades e que nelas conseguem produzir ou acessam a terra como meeiros ou sócios. Esses e outros casos

apontam para a multiplicidade das relações sociais presentes. Por exemplo, alianças entre *colonos* e *quilombolas* descapitalizados, assim como com *brasileiros*, também se desenvolveram ao longo do tempo, com o compartilhamento de uma condição de subalternidade e a consequente convivência e cumplicidade no enfrentamento da precarização dos modos de vida. Isso, no entanto, não dissolve totalmente as diferenças e nem reverte a estigmatização, demarcadas de modo muito profundo. Essa inter-relação entre etnicidade e a questão econômica proporciona proximidades com outros grupos de condição socioeconômica similar, como na Picada, onde há uma forte aproximação com os *brasileiros*, também pelo fato de que a comunidade negra se encontra ao lado da localidade de Fazenda Tunas e da localidade de Cerro Chato, concentrações de *brasileiros* ou *colonos* descapitalizados, muitos com parentesco entre afro-brasileiros há várias gerações.

De maneira geral, é relatada uma maior brutalidade nos *troncos velhos*, em termos de violência física. Segundo seu Graciano, da Vila do Torrão, *naquela época [o tempo antigo] matar era como matar animal*, ações que com o passar do tempo foram sendo coibidas pelas proibições legais do racismo em casos extremos. Apesar disso, a relação de antagonismo é frequentemente intercalada com outras formas de se relacionar, seja pelas restrições legais ao racismo (impostas também às autoridades locais), seja por mudanças na própria convivência. Mas isso não exclui, para os *morenos*, a referência da continuidade das injustiças cometidas desde o tempo da escravidão, como aquelas perpetradas pelas autoridades locais⁷.

Ao mesmo tempo, esses processos sociais são também permeados por relações de poder, que influenciam na construção e redefinição permanente de fronteiras e significados, em contextos que entrecruzam autonomia e coerção social e produzem uma série de vínculos sociais e subjetividades, mesmo que alguns aparentemente contraditórios. Em especial quando se fala de relações de trabalho, as memórias da escravidão emergem. Por exemplo, em uma conversa sobre atividades em condições análogas ao trabalho escravo nos dias atuais, os olhos de uma senhora do Rincão das Almas se encheram de lágrimas ao relatar sua trajetória de empregos, sendo que alguns foram associado, durante a conversa, com a escravidão. Ela contou que necessitava trabalhar para alimentar os filhos quando eles eram pequenos e em um dos empregos que ela teve, o pagamento era feito em comida.

⁷ Um relato mais recente foi dado por um quilombola no caso de um estupro ocorrido na Colônia. O acusado do crime, que ocorreu enquanto ele trabalhava na lavoura de fumo de *colonos*, foi encaminhado até a sede do município (preso, enfatizava ele, com pesar), para um possível reconhecimento pela vítima. Ele considerou isso uma grande ofensa, pois não havia provas que o incriminassem, mas o pior pareceu ser a atitude de seus *patrões* que, quando questionados pela polícia sobre onde ele estava e o que fazia na hora do crime, não o defenderam, apesar de saberem que ele estava trabalhando na lavoura. O real estuprador, identificado pela vítima posteriormente como um jovem que teria problemas psicológicos e teria se pintado de preto (em sentido literal), com carvão, para não ser identificado; já o interlocutor, que estava próximo do local e é negro, foi o acusado.

A dinâmica das relações raciais: dados, abordagens e intersecções

Dentro do processo recente de reconhecimento identitário e acesso a políticas públicas por parte das comunidades quilombolas (materializada na implementação de benefícios sociais, como aposentadorias, projetos de intervenção e programas sociais), há de se pesar a constante referência ao fato de que os *patrões* não necessariamente veem com bons olhos a organização das comunidades em associações quilombolas, o que poderia representar uma modificação no aprisionamento do trabalho e da renda desses grupos, como menciona Dutra (2011) em sua avaliação das ações de políticas públicas em comunidades quilombolas da região. Com esse processo, não seria mais necessário se submeter a condições extremas ou trocar trabalho por utensílios ou animais para a produção, porque os projetos de intervenção já supririam essas necessidades materiais. No entanto, esse acesso ambigualmente possui dimensões de sujeição e autonomia, pois ao mesmo tempo em que possibilitam uma menor dependência desses grupos aos patrões locais, os quilombolas não estão isentos de um maior assédio de outros atores, incluindo o poder público, canalizado pelos seus representantes locais (desde políticos até agentes públicos), o que também pode ocasionar conflitos diretos.

3 Formas de identificações e pertencimentos no contexto rural de São Lourenço do Sul

Nas incursões da pesquisadora pela colônia de São Lourenço, diversas situações de peso marcante pareciam informar sobre as fronteiras étnicas, ilustrativas da relação de muitas pessoas da região com as comunidades negras, tais como falas desdenhosas ou silêncios constrangedores. Uma dessas situações, que se repetiu algumas vezes, já no período da pesquisa de campo ao longo de 2012 e 2013, ocorria nas *vendas* (local de comércio) na colônia, quando a pesquisadora acompanhava algum interlocutor na Colônia, em especial na comprar alimentos para alguma refeição. É na venda que se realiza o comércio de todo tipo de item alimentar, assim como são vendidas bebidas alcoólicas. No *tempo antigo*, era o único local no espaço rural acessado para compras de produtos manufaturados não produzidos localmente, assim como servia de entreposto, mas atualmente muitas famílias precisam ir até o centro do município ao menos uma vez ao mês, para recebimento de aposentadorias ou programas sociais e fazem suas compras na cidade. Mesmo assim, esses estabelecimentos permanecem centrais no espaço rural, como locais de sociabilidade (de predominância masculina), regados a bebidas, jogos de carteados e, em alguns casos, música ao vivo.

Em algumas vendas, um ambiente desconfortável se criava somente pelo olhar de repreensão dos proprietários e frequentadores diante da presença de afro-brasileiros que parecia apenas tolerada pelo ofício de comerciante. Em outras, a curiosidade de saber o que uma

pesquisadora (obviamente de fora) fazia acompanhando um *moreno* e adentrando um espaço masculino era maior, e diante dos questionamentos, era comum o espanto quando a resposta era que uma pesquisa acadêmica estava sendo realizada junto aos moradores das comunidades negras, algo que a esses colonos parecia incongruente diante de seus critérios do que seria objeto de valorização externa.

Mas essas não são, certamente, as únicas perspectivas presentes nesse local. Por exemplo, para mostrar o reconhecimento externo específico dos *colonos*, a pesquisadora foi convidada por seu Zé da Gaita, da comunidade do Torrão, para visitar as vendas da colônia que ele frequentava (foram cerca de cinco, visitadas em uma tarde), como sinal de bom relacionamento com os *colonos*. A grande maioria desses estabelecimentos é justamente comandada por *colonos*, e seu Zé costuma tocar sua famosa gaita a convite de alguns donos de vendas, como me contou, orgulhoso. Na mesma tarde também foi realizada uma visita à Rádio Comunitária, com o mesmo fim. Por um lado, ele apresentava alguém de fora aos seus amigos, por outro, mostrava a alguém de fora como possui reconhecimento para além da sua comunidade, e especificamente dos seus amigos *colonos*.

Diante dessas experiências, percebem-se relações interétnicas instituídas de maneira singular na história local das comunidades negras que participaram do universo dessa pesquisa, com a demarcação de fronteiras étnico-raciais delimitadas, mas não fechadas, a partir de onde se tecem desde relações conflituosas até coalizões ou ações de cooperação, temporárias ou duradouras, entendendo os processos identitários como produtos e produtores de contextos histórico-sociais. A partir da análise das fronteiras étnicas, na perspectiva de Barth (2011), a etnicidade não é vista a partir de critérios definidos, como religião, língua ou território, sim como a crença de uma origem em comum. Há elementos que podem reforçar essa crença, mas nenhum é definitivo ou essencial, pois os grupos étnicos constroem suas próprias atribuições e identificações, relacionando as pertencas com a interação e o contraste.

Com isso, Barth se propõe a analisar as fronteiras e a sua manutenção, não somente a constituição interna dos grupos. O autor enfatiza que essa última perspectiva levaria a uma ideia equivocada da diversidade cultural, em que os grupos, separados, teriam se desenvolvido social e culturalmente se adaptando a partir de fatores locais, como os ecológicos, e contatos seletivos. Em outras palavras, com o cuidado de evitar abordagens culturalistas que despolitizam e naturalizam as diferenças, não basta uma descrição que demarque os signos de especificidade, sem que sejam visualizados como eles foram produzidos no contexto das relações sociais, marcados também pelas intersecções entre alteridade, pertencimento étnico-racial e desigualdade social.

Pensando nos processos identitários que atravessam os grupos étnicos, as comunidades

A dinâmica das relações raciais: dados, abordagens e intersecções

negras de São Lourenço estão situadas muito próximas de outros grupos, e estabelecem com eles variáveis de interdependência, seja a partir do conflito e da estigmatização ou através de códigos e afetos partilhados. Na área de estudo, a demarcação das identidades são acionadas principalmente entre *colonos* (de origem *pomerana* ou genericamente *alemães*), *morenos* (negros) e *brasileiros* (pejorativamente também chamados de *tucas* ou *birivas*). Com algumas oscilações de significados, os *tucas* são indicados como aqueles que não são nem de ascendência teuto, nem negra, podendo designar a mistura entre indígenas, descendentes de portugueses ou outros, e em certos casos um não enquadramento em termos de pertença étnica.

Além dessas designações, há localidades em que todos os não teutos são considerados *tucas*. Em especial essa posição ocupada pelos *brasileiros*, termo que frequentemente é conferido externamente pela negação (não é *colono* nem *moreno*), não pela identificação a uma coletividade, pode parecer uma borda: esses indivíduos dialogam mais com afrodescendentes em alguns locais, mais com *colonos* em outros, ou ainda se destacam como a elite latifundiária em famílias consolidadas no município, com a formação de alianças a partir de afinidades variáveis. Dentro das tortuosas e móveis fronteiras étnicas e raciais, por outro lado há pessoas que moram no interior das comunidades há gerações, com descendentes negros, e não se consideram *morenos* ou *quilombolas*, na concepção atual.

Mas se por um lado se destacam algumas características e condições de vida que variam e se combinam e poderiam indicar uma segmentação estrita entre esses grupos – por exemplo, há marcadores que poderiam ser distinguidos, como a língua, há tradições culturais diferentes etc. –, ao mesmo tempo, uma série de delimitações das fronteiras são constantemente tensionadas e reformuladas: os bailes que outrora eram oficialmente separados já não o são, tem ocorrido com maior frequência (diferente do *tempo antigo*) casamentos, compadrios e relações de amizade entre membros de diferentes grupos étnicos, símbolos religiosos são compartilhados, há lutas políticas e parcerias em comum, entre outros fatores. Com isso, o que se percebe é um intenso contato, trocas e comunicação que atravessam esses grupos, interação que no entanto não os leva à “aculturação”. Ao contrário, as fronteiras permanecem, mas de maneira dinâmica há a construção ou a manutenção de elementos e categorias de exclusão e de incorporação entre esses grupos, que contam também com transformações individuais na participação e critérios de pertencimento a cada grupo, caso dos casamentos interétnicos.

É preciso ressaltar que, para além das identificações e delimitações, esses grupos étnicos não conformam grupos coesos, homogêneos ou fechados. Há uma série de nuances, parcerias estratégicas e aproximações por afinidade e, ao atentar para as intersecções entre diferentes formas

de pertencimento, as denominações de *brasileiros*, *colonos* e *morenos* não enquadram única e homoganeamente cada grupo. Há diferenças geracionais, como as que indicam os *troncos velhos* como distintos dos mais jovens, bem como demarcações de gênero, de classe, ao mesmo tempo em que são parte de um mesmo rural e habitam ou se relacionam com a Colônia, apesar das distâncias. São grupos que interagem em diversos contextos e graus, mas ao mesmo tempo se reconhecem como pertencentes a origens distintas e reafirmam isso pelo contato, ora de forma sutil ou indireta, ora explicitamente. De todo modo, em geral, mesmo onde há desavenças atualmente, os conflitos diretos não emergem facilmente, pois a falta de confrontos diretos é valorizada (mesmo que com pesos distintos para cada grupo), para que seja possível um bem viver nesse espaço compartilhado que é o espaço rural.

No mesmo caminho, Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p. 40), com base em Weber, reforçam que as identidades étnicas se reafirmam a partir da comunicação das diferenças que conformam as fronteiras étnicas. Para Barth (2011), o sentimento de pertencimento e o comprometimento com um grupo reflete certa particularização da existência social, sentido em especial em situações de contraste com outros grupos de características distintas, desencadeadas ou reforçadas, sobretudo em momentos de disputas. Porém, a repulsa não é restrita aos grupos de características comuns, em contraste com outros grupos, e também não tem estritamente definida a intensidade pela afinidade do grupo, mas está principalmente relacionada a diferenças socialmente construídas, com base na disposição ou na tradição, agindo em boa medida pela desqualificação do Outro e a exaltação de qualidades próprias (WEBER, 1983).

As conceituações sobre a etnicidade, entretanto, apresentam uma série de abordagens que não se resumem às perspectivas já mencionadas. Limites das conceituações sobre o fenômeno da etnicidade que resultam polarizações teóricas tais como entre culturalismo e instrumentalismo, primordialismo e circunstancialismo, teorias assimilacionistas e do conflito étnico, difusionismo e teoria reativa são detalhados em Poutignat e Streiff-Fenart (2011). Dentre estas, importante enfatizar a perspectiva sobre etnicidade levada a cabo por interacionistas, que dá ênfase, de forma processual, às relações construídas entre os grupos, conformada e revalidada constantemente na interação social. Os grupos étnicos, com isso, no lugar de estáveis entidades socioculturais, pressupõem mobilidade e contato cultural. Uma das leituras possíveis da obra já mencionada de Barth (2011) seria sob essa perspectiva, ao operar uma inversão na problematização presente no debate sobre etnicidade e falar sobre os tipos de organização que emergem e se renovam baseados na autoatribuição dos indivíduos a categorias identitárias, de forma a manter limites identificáveis (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011). Com isso, o que se coloca é como são produzidos e

A dinâmica das relações raciais: dados, abordagens e intersecções

reordenados os limites com o Outro e quais seus efeitos sociais. Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p. 112) seguem a análise da perspectiva processual: “A especificidade da organização social étnica decorre do papel que nela desempenham os contrastes culturais, mas esse papel não pode ser dissociado dos processos de manifestações de identidades”.

Uma análise das designações e autodesignações dos grupos negros de São Lourenço como *morenos*, *de raça negra* ou *schwarz* (ou *schwarz nigra*), por exemplo, mostra que cada uma dessas atribuições possui pesos, usos e possibilidades de aproximação ou atrito distintas. Lembrando das premissas de Barth (2011), que chama a atenção em especial à natureza das demarcações e limites como elementos de diferenciação que se tornam significativos para cada grupo no contato com outros, essas fronteiras podem ser reforçadas pelos modos de vida, com a ideia de honra e dignidade em relação ao Outro, sentidos pelo indivíduo, de coletividade para coletividade. A expressão com uso de outra língua (alemã, da qual a língua pomerana se aproxima), *schwarz*, por exemplo, em geral é rejeitada pelos grupos negros por ser considerada uma ofensa: é aquele que é indesejável e que não partilha de laços em comum, lembrado, por exemplo, pelas distinções na própria língua.

No caso da língua pomerana, chama a atenção a sua manutenção oral (é ágrafa nesse núcleo de imigração pomerana), que nos critérios de inclusão/exclusão entre os grupos, é um ponto essencial, pois apesar de muitos colonos saberem também português, há uma escolha de qual momento utilizar cada um dos idiomas. Há, entretanto, negros que falam ou entendem o dialeto pomerano ou mesmo a língua alemã, presente em menor escala. Um dos interlocutores relatou, durante uma jornada para busca de materiais para elaboração de artesanato, que já passou por situações em que recebeu ofensas em pomerano, às quais respondeu, ao passo que os *colonos*, nessas situações, ficam muito constrangidos. A resposta, segundo ele, geralmente é amena, evitando conflitos diretos, mas deixando explícito que compreenderam, para evitar que a situação se repita.

Ao ser questionado sobre qual seria uma resposta mais forte ao xingamento, sorrindo, ele mencionou uma expressão em pomerano que não voltou a repetir, mas conduziu a explicação para outras expressões amenas em pomerano, como um convite para tomar café, para sair ou dançar, elogios, ou outras coisas cotidianas. E disse, de modo muito simpático, que não tinha pretensão de levar à cabo qualquer tipo de xingamento, pois poderia facilmente causar um confronto considerado indesejado⁸.

⁸ Por outro lado, essa nomeação considerada ofensiva pelos grupos negros pode ainda ser subvertida, caso do *Schwarz Guri* (guri negro), Manoel Fernando Centeno, nascido na Coxilha Negra, já falecido, que aprendeu o dialeto pomerano ainda criança, quando foi *filho de criação* de uma família pomerana. Figura muito simpática no município, gaiteiro, era reconhecido por sua fluência em pomerano. Manoel se casou com uma moradora do Rincão das Almas, Délcia Rodrigues Centeno, e tiveram oito filhos, dentre os quais Ana e Almerinda Centeno, da Pastoral Negros de São Lourenço.

Já a categoria de *morenos*, largamente difundida no RS, assim como *raça negra* ou *negro*, tem um viés racializado, fruto de um longo processo histórico. E uma ênfase atual mais intensa na etnicidade não deve encobrir os processos de racialização como parte da hierarquização de determinados grupos e o conseqüente estímulo a sua marginalização e à desigualdade social⁹. Para Poutignat e Streiff-Fenart (2011), as próprias classificações objetivas são construídas socialmente e precisam estar conectadas com a formação de um discurso hegemônico sobre superioridade e suas estruturas de alteridade, uma das bases da colonização e subjugação de inúmeros povos “primitivos” na concepção ocidental.

E é a *raça negra* que *precisa* que ser valorizada, como foi relatado ao longo do Terno de Reis, entendendo *raça* não como uma constante, mas sim com critérios construídos de classificação e de significação, obviamente não restritos ao fenótipo e de modo algum neutros, que foram modificados em sua conceituação e seu conteúdo ideológico ao longo dos processos históricos (HOFBAUER, 2006). Com isso, uma infravaloração de determinados indivíduos por meio de uma explicação ao mesmo tempo emocional e intelectual da *raça* é questionada. Esse contexto não pode ser visto individualmente, sim pelos processos de seleção de elementos de auto exaltação de determinados grupos e de repulsa de outros (heterogêneos internamente), com relações históricas e geográficas de subordinação entre pessoas e grupos.

Weimer (2013), em uma análise sobre as diferentes formas como os sujeitos sociais acionam as categorias *moreno* e *negro* no território quilombola de Morro Alto, RS, no litoral Norte do estado, abordou como a dimensão racial foi recordada e modificada ao longo das gerações. Segundo o autor, as gerações mais antigas (entre 80 e 90 anos) de Morro Alto se autoatribuem como *morenos*, já as gerações mais novas (entre 50 e 60 anos) se identificam pelo termo *negro*. Ele argumentou que o uso do termo *moreno* não seria fruto de uma “falta de consciência” ou tentativa de branqueamento dessas pessoas mais idosas, que seguramente enfrentaram situações de segregação intensas, sim a busca por autoatribuições que não carregassem as marcas negativas do cativo. O autor apontou que o termo *negro*, para as gerações mais antigas, era associado à condição cativa, ao passado de trabalho degradante (mesmo no Pós-abolição), ao sofrimento e à falta de direitos sociais e, diante disso, “[...] a afirmação da identidade individual e, no limite, da própria humanidade, passava pela assunção de formas de designação menos carregadas por significações negativas” (WEIMER, 2013, p. 418). Para essa geração, *negro* não aparece como

⁹ Poutignat e Streiff-Fenart mencionam uma tentativa atual de uso eufemístico do termo *etnia*, procurando desviar de um termo biologizante como *raça*, mas que não evitam uma ideia de comunidade biológica e cultural, com certa concepção de pureza da comunidade de sangue por trás de seu uso e sem um aprofundamento dos modos como esses aspectos ganham importância.

A dinâmica das relações raciais: dados, abordagens e intersecções

forma de identificação própria, sim como uma categoria genérica, utilizada em terceira pessoa, para indicar casos de sofrimento.

A auto designação como *negro*, em São Lourenço do Sul, de fato foi rara ao longo da pesquisa de campo para as gerações mais antigas, nesse caso na faixa dos 60-70 anos, para as quais se autointitular como *negro* é menos frequente do que como *morenos*, e quando feito, fala-se “do negro”. Por outro lado, no trabalho de Weimer, considerar-se *moreno*, apesar de ser um eufemismo, não transpareceu um indicativo de mistura racial, usada tanto para indivíduos de cor de pele mais escura quanto mais clara, mas sim de identificação coletiva que inclusive podem abarcar indivíduos de fenótipo branco, seja por ter descendência negra ou pela adesão a uma parentela de *morenos*. No entanto, as negociações inter-raciais não resultaram necessariamente em uma miscigenação racial, dadas as consolidadas relações de alteridade.

Essa categorização presente em Morro Alto se assemelha em diversos sentidos com a de São Lourenço, com a indicação de uma dimensão de solidariedade vivida em experiências de segregação e racismo entre os *morenos*. E essa solidariedade pode se expandir para indivíduos brancos que partilham de alguma forma de segregação, até mesmo *colonos* ou *brasileiros* em condição de precarização das condições de vida. Na pesquisa realizada por Weimer, a qualificação como *morenos* procurava afastar o significado negativo da identificação pelo termo negro, não uma negação da cor da pele. Esse termo se modificou ao longo do século XX através do processo de politização operado por movimentos sociais e passou a ter um caráter positivado, quando assumiu proeminência para expressar as experiências de racialização, enfatizando a força do *povo negro* (em São Lourenço, da *raça negra*), como sujeito político ativo. Weimer afirma que tanto na autoatribuição como *moreno* quanto como *negro* há uma percepção de identificação coletiva, constituída diante dos sistemas de classificação racializados, que se modificaram ao longo do tempo.

Sua hipótese é de que a afirmação das gerações mais recentes como *negros*, em um quadro atual de revalorização da memória do cativo, só foi possível pela autopercepção de seus ascendentes como *morenos*: “Foi a herança de uma consciência de alteridade, expressa pelo termo 'morenos', que permitiu que a geração posterior se descobrisse 'negra'” (WEIMER, 2013, p. 422). Para o autor, o contexto de reconhecimento étnico atual dos afrodescendentes do Morro Alto como quilombolas, em um complexo processo de regularização fundiária, reposiciona o interesse acerca do passado escravista e a identidade negra é mobilizada de modo singular na busca por direitos constitucionais.

É necessário destacar que os atuais processos de reconhecimento analisados nesse trabalho desencadeiam a abertura para algumas mudanças e são marcados pelo entendimento mais expressivo entre esses grupos de uma nova posição, de sujeito de direito que em tese teriam um reconhecimento público dessa nova posição e acessariam políticas públicas federais, estaduais e municipais, o que lhes era ignorado ou negligenciado na reafirmação de sua condição histórica de subordinação, mesmo que as políticas que esses sujeitos tenham acesso atualmente passem por intermitências, fragmentações, rupturas e descontextualizações. Com isso, essa forma atual de reconhecimento como remanescente de quilombo se tornou um dos processos pelos quais as lutas raciais são recodificadas nos termos de relações interétnicas, em que os grupos passam a se reivindicar como culturalmente diferentes e não racialmente subalternos a outros grupos¹⁰.

Na reconfiguração contemporânea das categorias possíveis, a categoria institucional de *quilombola*, fruto dos processos de reconhecimento estatal, passa a habitar o universo de possibilidades de autoidentificação dos grupos negros de São Lourenço. Atualmente, ora esses grupos acionam identidades autoatribuídas no *tempo antigo*, de *morenos*, ora as contemporâneas, como *quilombolas* e *negros*. E a identidade assumida para fora não necessariamente é a mesma internamente, frequentemente autorreferenciados como *morenos* ou *negros*, mas a consciência da possibilidade de acionar essas categorias quando necessário é um fator importante para a autovalorização desses sujeitos. Com isso, os nomes e os critérios da autoatribuição e da atribuição externa também se modificaram no grupo. O Rincão dos Negros ou Rincão dos Forros, *terra de negro*, estigmatizado e pouco valorizado no passado, atualmente é o Rincão das Almas, *terra do quilombo*, território que tem dialogado intensamente com o Estado para a negociação de ações do poder público

Uma demarcação anterior a essa emergência da questão quilombola no município, no entanto, e que conforma esse contexto peculiar de São Lourenço se refere à presença dos descendentes de imigrantes pomeranos e todo o processo de valorização da trajetória desse grupo, que também se autoatribui como comunidade tradicional. Através de uma política local de reinvenção do passado que está sendo implementada na última década, a origem pomerana, que durante muito tempo se apresentou como uma atribuição identitária estigmatizada por outros atores (tanto no contexto europeu, em relação a outros grupos teutos, quanto em sua chegada no Brasil, em relação aos luso-brasileiros), atualmente se encontra valorizada (FERREIRA; HEIDEN, 2009).

¹⁰ Essa reflexão, assim como outras ao longo do texto, fez parte dos trabalhos do grupo de orientação do professor José Carlos Gomes dos Anjos, do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS).

A dinâmica das relações raciais: dados, abordagens e intersecções

Dessa maneira, a relativa prosperidade atual, em grande medida pelo vigor e a prosperidade econômica da produção agrícola que tem o tabaco como principal produto, é acompanhada intensamente por uma valorização identitária pomerana. Acompanhando esse processo, atualmente existem obras locais sobre a saga pomerana que enfatizam as dificuldades atravessadas no período de instalação do núcleo colonial, mostrando uma imagem atual imaculada da trajetória desse grupo étnico que é marcado pela predisposição ao trabalho e que, além de proibidos por lei de terem escravos, também não teriam uma predisposição ao escravismo (COSTA, 2008).

A valorização da imigração é reafirmada em diferentes eventos e ações apoiadas pelo poder público, como uma rota turística que passa por importantes pontos da colonização pomerana, chamada Caminho Pomerano. Mas um dos mais significativos eventos foi uma encenação da chegada dos colonos, como comemoração ao sesquicentenário da imigração, em 2008, reeditada em menores proporções anualmente por um desfile de comemoração, quando foi reconstruída uma embarcação similar à utilizada em 1858 pelos imigrantes para chegar em São Lourenço.

Por outro lado, como mencionaram Ferreira e Heiden (2009), as disputas pela memória seguem vivas e no ano seguinte à primeira encenação, em 2009, foram incorporadas nesse momento performativo do desfile outras reivindicações memoriais, através da encenação do trabalho de escravas negras, as mucamas, que vendiam doces e quitutes naquela localidade, demarcando que já havia a presença negra na época da formação da colônia. Para os autores, “Nesse contexto social parece-nos que mais do que elementos identitários no sentido mais restrito desse conceito, o que se coloca em questão são direitos ao passado e, fundamentalmente, ao presente.” (FERREIRA; HEIDEN, 2009, p. 149).

Algumas considerações

O questionamento dos processos de estigmatização e/ou invisibilização dos grupos quilombolas de São Lourenço traz referências difusas dos interlocutores sobre o período em que imperava o modo de produção escravista colonial, como memórias de familiares que vivenciaram esse período, bem como sobre os seus desdobramentos, mesmo que com outras vestes, no Pós-abolição, que incluía a persistência de situações análogas ao trabalho escravo ou muito precárias. Mas essa referência, mesmo que remota, é ressignificada a partir do contato com outras memórias quilombolas (principalmente da região), de trocas com movimentos sociais mais consolidados e

também com organizações de assistência técnica, que por sua vez difundem o discurso político de atores que já possuem uma trajetória de mobilização contra o racismo.

Com isso, a tarefa de recontar a trajetória negra no Brasil é também assumida por distintos sujeitos locais, fazendo conexões, à sua maneira, com a ancestralidade negra no Brasil. Mas se há uma percepção de valorização e de enfrentamento do racismo a partir da identidade quilombola e do reconhecimento para fora além do local, essa mudança é bastante complexa no seu interior. Com a entrada desses sujeitos em novas redes de ação política e o processo de reconhecimento estatal, foram desencadeadas as mais distintas ações, com casos de acirramento de dicotomias já existentes entre esses grupos, expondo preconceitos adormecidos diante da atenção dispensada nas políticas e programas governamentais voltadas aos grupos afro-brasileiros da Colônia de São Lourenço. A possibilidade de uma conquista de direitos desses grupos pode não ser desejável a outros atores, ainda mais quando está em jogo a disputa por recursos ou projetos. Nessa perspectiva, quando comento que as coisas têm mudado após esses anos em que os quilombolas têm conquistado alguns direitos sociais, mesmo com todas as limitações possíveis, a presidente de uma associação quilombola me responde: *Mudou, mas eles [os colonos] não queriam que mudasse, queriam que a gente fosse sempre escravo.*

De todo modo, uma percepção de pertencimento e de reconhecimento (para si e para o outro), no caso dessa região, é renovada de formas distintas, pois os quilombolas, tendo acesso a direitos sociais e a bens de consumo antes muito distantes, também se diferenciam da parte do *tempo antigo* que é marcada pelas ausências e pela estigmatização, atributo de diferenciação reforçado por outros grupos sociais vizinhos e alimentado pelas estruturas que pouca mudança permitem em um quadro de tanto tempo de precarização da vida. A passos lentos e instáveis, a identidade quilombola e negra passam de signo de subalternidade à de reconhecimento e possibilidade de acesso a direitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B.. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/Fundação Univ. do Amazonas, 2008. 2 ed.

ANJOS, J. C. G. Identidade étnica e territorialidade. In: ANJOS, J. C. G. dos; SILVA, S. B. (org.). **São Miguel e Rincão dos Martimianos**: ancestralidade e territorialidade negra. Editora da UFRGS, Porto Alegre: 2004b. p. 63-118.

A dinâmica das relações raciais: dados, abordagens e intersecções

ANJOS, J. C. G.; ALMEIDA; L. S.; SILVA, P. S. Evidências históricas da territorialização. In.: ANJOS, J. C. G. dos; SILVA, S. B. (org.). 2004. **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade e territorialidade negra**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 45-62.

BARTH, F.. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 2011. p. 185- 228. 2. ed.

BEIKOW, P. R.. A formação da economia arrozeira do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 4, n. 2. p. 55-84, 1984.

BOSENBECKER, P. **Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/RS (1857 - 1877)**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 166p. (Mestrado em História). Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor)/MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). **Revelando os quilombos no Sul**. Pelotas: CAPA, 2010. 64 p.

_____. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: Território da cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul**. Pelotas: CAPA/MDA, 2009. 68 p.

COSTA, L. S.. **Anastácia, Manuel Barbosa e Ferreira-Fialho, famílias e territórios negros: tradição e dinâmica territorial em Gravataí e Viamão, RS**. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007. Antropologia Social.

COSTA, J. S. Pomeranos: construtores de um império? Jairo Scholl Costa avalia a influência pomerana no desenvolvimento de São Lourenço do Sul. **Revista do IHU On-line**. n. 271, ano VIII, set. 2008. Entrevista concedida a Patricia Fachin. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2095&secao=271

DUTRA, M. V. F.. **Direitos Quilombolas: um estudo do impacto da cooperação ecumênica**. Rio de Janeiro: Koinonia, 2011. 140p.

FERREIRA, M. L. M.; HEIDEN, R.. Políticas patrimoniais e reinvenção do passado: os pomeranos de São Lourenço do Sul, Brasil. **Cuadernos de Antropología Social**. FFyL – UBA, n 30, p. 137– 154, 2009. Disponível em: http://74.125.155.132/scholar?q=cache:amzcBXsglUkJ:scholar.google.com/+Jacob+Rheingantz&hl=pt-BR&as_sdt=2000>, acesso em 01 set 2014.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

IBGE/Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Produção Agrícola Municipal 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. IV, n. 02. Lisboa, 2000. p. 333-354.

LIMA, R. P. O poder do sistema escravista e as redes de tráfico terrestre na fronteira do Brasil Meridional (meados do século XIX). **XXIV Simpósio Nacional de História**. Associação Nacional de História – ANPUH. São Leopoldo, 2007.

NORUS – v4, n.5, jan - jul 2016.

MAESTRI Filho, M. J.. Deus e Grande, O Mato e Maior: Historia, Trabalho e Resistência dos Trabalhadores Escravizados no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002.

MOREIRA, P. R. S.; AL ALAM, C. C.; PINTO, N. **Os Calhambolas do General Manoel Padeiro**: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835). São Leopoldo: Oikos, 2013.

OSÓRIO, H.. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2007.

PINHEIRO, P. **Políticas de Identificação: Dinâmicas de valorização identitária de comunidades negras rurais no sul do Brasil**. Tese. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015. (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Sociedade, Agricultura e Desenvolvimento, Rio de Janeiro: 2015.

PINHEIRO, P.; RODRIGUES, C. V.. Entre memórias e ressignificações de práticas alimentares: um estudo sobre alimentação em comunidades negras rurais. In: MENASCHE, Renata (Org.). **Saberes e sabores da colônia**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. Poutignat e Streiff-Fenart (2011,

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 2011. 250 p. 2. ed.

RIOS, A. M.; MATTOS, H.. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**. v. 5, n.8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

RUBERT, R. A. **Comunidades negras rurais do RS**: um levantamento socioantropológico preliminar. Porto Alegre, RS Rural/IICA, 2005. 173p.

RUBERT, R. A.; SILVA, P.S. O acamponesamento como sinônimo de aquilombamento: o amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul. In: GODOI, E.P.; MENEZES, M.A.; MARIN, R.A.(orgs.). **Diversidades de campesinatos**: expressões e categorias. V.1. Construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Ed. Da Unesp/Brasília: NEAD, 2009. p. 251-274.

SALAMONI, G.; WASKIEVICZ, C. A.. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez. 2013.

SCOTT, J. C.. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, n. 01, p.10-31, jan/jul-2002.

ZARTH, P. A. **Do Arcaico ao Moderno**: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 2002.

WEIMER, R. de A. Ser “moreno”, ser “negro”: memórias de experiências de racialização no litoral norte do Rio Grande do Sul no século XX. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, vol. 26, no 52, p. 409-428, julho-dezembro de 2013.